

1964 e 2016: Dois golpes marcados pela personalização.

Luiza Calvette Costa.

Cita:

Luiza Calvette Costa (2019). *1964 e 2016: Dois golpes marcados pela personalização. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/384>



1964 e 2016: Dois golpes marcados pela personalização.¹

Luiza Calvette Costa²

Resumo

Este trabalho é uma comparação entre o golpe de 1964 e de 2016 no Brasil a partir da personalização da política como justificativa para os mesmos. A comparação entre os dois períodos, a partir de uma discussão teórica do porquê tratar ambas as quedas presidenciais como golpes, busca, inicialmente, evidenciar os atores, as estratégias e os interesses que levaram a duas deposições presidenciais em períodos de crise do capitalismo, destrinchando a feição dos golpes e suas semelhanças e diferenças. E compreender, como central, como a personalização da política atuou ao personalizar João Goulart e Dilma Rousseff na justificativa dos golpes de 1964 e 2016. O objetivo é, dessa forma, analisar como a personalização da política contribuiu para as quedas presidenciais e, ainda, na elucidação do porquê estes devem ser chamados de golpe. Resulta metodologicamente da revisão bibliográfica do conceito de golpe e personalização, além da revisão bibliográfica referente ao período antecedente ao golpe de 1964 e de 2016, bem como do mapeamento de notícias e discursos de atores políticos que continham o fenômeno da personalização. Concluiu-se que os presidentes foram personalizados em justificativa para sua saída, ou seja, que características dos presidentes – reais ou criadas, foram evidenciadas para justificar a necessidade de suas deposições, omitindo interesses de concentração de riqueza e perpetuação das desigualdades. Identificaram-se, ainda, os elementos distintos da personalização, fruto do momento histórico e das questões relativas ao gênero atribuídas a Dilma

Palabras clave

Personalização; golpe; crise; João Goulart; Dilma Rousseff.

Introdução

Os golpes de Estado fazem parte da história da América Latina, a segunda metade do século XX presenciou o golpe em diversos países, no Brasil essa história durou 21 anos. Pensava-se que os golpes eram parte de um passado distante, até vermos a deposição de presidentes de forma inconstitucional em Honduras e no Paraguai, pouco demorou até ser a vez do Brasil e se expandir até a Bolívia.

No Brasil, o golpe de 2016 trouxe para mais próximo de nós o debate sobre o que é um golpe de Estado e as comparações com 1964 foram muitas e inevitáveis. Ainda, a



opinião dominante na sociedade, disseminada pelos meios de comunicação, aborda o ano de 2016 como o ano em que houve o impeachment de Dilma Rousseff e não como um ano de golpe. Inevitável fazer o paralelo de que em 1964 os mesmos meios de comunicação tratavam o golpe como Revolução – além de, em ambos os períodos, atuarem para a sua consolidação.

Compreender o conceito de golpe de Estado ajuda a compreender o porquê de 2016 ser visto neste trabalho como um ano de golpe, já que o decorrer da história levou a opiniões unânimes sobre 1964 e a forma destes, apesar das diferenças claras entre um golpe civil-militar e um golpe executado pelo parlamento, tem diversos elementos partilhados, de forma que este trabalho busca demonstrar a feição comum dos golpes. O objetivo na comparação aqui estabelecida é analisar de que forma a personalização na política foi elemento relevante e comum aos golpes. A partir do entendimento da centralidade da personalização na política brasileira e de que essa questão, pertencente a forma como funciona o nosso sistema político e a relevância da mídia para a política, é fundamental em quais mensagens políticas chegam até a população e como a defesa dos golpes chegou até a mesma.

Dessa forma, busco compreender os elementos em comum aos dois golpes e a centralidade da personalização da política, a partir de como foi a sua utilização para a justificativa dos golpes. Evidenciando a estratégia de atribuir a características próprias dos presidentes os problemas do país, escondendo os interesses de concentração de riqueza e de perpetuação das desigualdades trazidos com os golpes, através de um Estado voltado completamente a estes interesses. Resulta metodologicamente da revisão bibliográfica do conceito de golpe e personalização, além da revisão bibliográfica referente ao período antecedente ao golpe de 1964 e de 2016, bem como do mapeamento de notícias dos principais jornais e revistas do país, online e impressos, e discursos de atores políticos que continham o fenômeno da personalização.

O que é o golpe?

O conceito de golpe de Estado é utilizado para referir-se às quedas presidenciais tanto em 1964 com João Goulart como em 2016 com Dilma Rousseff. Mas é necessário irmos além do uso na controversa política dos termos e entendermos a necessidade de sua conceitualização. No século XVII Gabriel Naudé definiu o *coup d'état* e apontava que o conceito de golpe deve se atentar ao sujeito e os meios excepcionais que este utiliza para conquistar o poder, o *coup d'état* era retratado como uma conspiração palaciana e



seu protagonista era o soberano. (Naudé, 1979 *en* Bianchi, 2016)

Com o golpe de Luis Bonaparte e a chegada ao poder de Napoleão, em 1851, a literatura referente ao tema se expandiu e uma mudança conceitual importante ocorreu no século XIX. O uso da ideia de *coup d'état* não tem mais como sujeito exclusivamente o soberano e não se dá apenas nos palácios imperais, o golpe de Bonaparte foi tramado no Conselho de Anciões e doo Conselho dos Quinhentos e contou com a intervenção do Exército. Marx descreve os episódios que levaram Bonaparte ao poder como uma série de golpes e contragolpes. (Marx, 2011 [1852], *apud* Bianchi, 2016).

A partir do século XX o conceito de golpe de Estado assume novas formas. Malaparte (1968) chama atenção para o fato de que para se conseguir um golpe de Estado exitoso é preciso ocupar e controlar os centros de poder tecnológico deste, representados, na época, pelas redes de comunicação, a rádio, as centrais elétricas, os entroncamentos ferroviários e rodoviários, o que permitirá o controle do poder político. (Malaparte, 1968 *en* Barbé, 1986)

Já Edward Luttwak em seu livro “*Coup d'état: a practical handbook*” (1991) o define como um fenômeno moderno, onde quaisquer procedimentos não estabelecidos para a troca de governo entram no campo da ilegalidade. Pode ser conduzido ‘de fora’ e opera naquela ala fora do governo, mas dentro do Estado, que é formada pelo funcionalismo público permanente, pelas forças armadas e a polícia. O objetivo é desligar funcionários permanentes do Estado da liderança política. (Luttwak, 1991 [1969] *en* Bianchi, 2016)

Já Barbé (1986) aponta que o golpe se caracteriza por meio do uso do aparelho de Estado, “um golpe consiste em infiltrar um pequeno, mas crítico segmento do aparelho estatal, que então é usado para desalojar o governo do controle do resto desse aparelho” (Barbé, 1986). A partir da segunda metade do século XX a literatura distingue o golpe de Estado da revolução. Bianchi aponta que a diferença entre ambos está no sujeito do processo, no golpe é a burocracia estatal e no caso da revolução são as “massas populares”. Tomando como base a evolução do conceito, o autor traz que o *sujeito* do golpe de estado moderno onde os *meios* são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular da democracia e o *fim* é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas. (Bianchi, 2016)

Roberto Regalado (2010), cientista político cubano, identifica que a novidade ofensiva dos golpes na América Latina no século XXI, que tentam reverter os avanços



democráticos na região, é que houve a necessidade uma nova “metodologia” evitando as más lembranças das ditaduras na região. Aponta que

La «metodología» actual estipula que los militares golpistas desaparezcan rápido de la escena y que le «cedan las cámaras y los micrófonos» a un «presidente» y a un «gobierno» civiles que, mediante una elección, una reforma constitucional u otra fórmula, imponga un nuevo status quo «democrático» acorde a los intereses del imperialismo. (Relegado, 2010, p. 8-9, grifo do autor)

Por fim, ao olharmos para a América Latina e vemos que os governos progressistas que chegaram ao poder na região no início do século XXI se estabeleceram em uma estrutura estatal organizada pela e na elite política e econômica e que, em grande parte, necessitaram de alianças com essas elites para governar. Ou seja, o segmento que realiza os golpes controla, historicamente, a parte majoritária do Estado - entendendo este em sua forma complexa, o exército, o legislativo, o judiciário e a burocracia estatal - Ministério Público e técnicos do Estado. Dessa forma, não é preciso que uma parte em oposição ao governo insira um pequeno segmento crítico dentro do estado, pois o Estado está dominado por este segmento crítico ao governo, que historicamente controlou também o Executivo.

Introdução

Para entender a centralidade da personalização da crise na figura do presidente nos dois momentos no Brasil é necessário, primeiro, entender a centralidade da personalização na política na política brasileira. Compreendendo que estes elementos não são isolados ao momento do golpe, mas pertencentes a uma cultura política ligada ao nosso sistema eleitoral e partidário. Nos últimos anos a perspectiva de que determinados contingentes que remetem a personalização como a imagem do candidato, sua performance e os temas de campanha passaram a ser vistos como centrais na análise da política. (Leal y Vieira, 2009)

Wattenberg (1991) fornece componentes sobre essa nova percepção, ao descrever a ascensão da política centrada nos candidatos. Uma das marcas desse modelo é a valorização da figura do candidato ou do governante em detrimento do partido político ou do governo, onde as considerações de curto prazo, principalmente econômicas, prevalecem na decisão eleitoral, em um cenário onde o eleitor não estaria predeterminado por variáveis sócio demográficas ou predisposições partidárias. De maneira que questões como competência, integridade, capacidade de decisão, carisma



e atributos pessoais preenchem o espaço deixado vago pela discussão política, sobretudo, em disputas pouco ideologizadas. (Wattenberg, 1991 *en* Leal e Vieira, 2009)

Além disso, o sistema eleitoral e partidário brasileiro se baseia, em ambos os períodos de análise e ainda hoje, a partir da representação proporcional de lista aberta para os cargos Legislativos e a partir da representação majoritária em dois turnos para os cargos Executivos, em nível federal, estadual e municipal. Análises das eleições brasileiras mostram que, tanto para cargos majoritários como proporcionais as campanhas estão centradas nos candidatos e não nos partidos, onde os eleitores são expostos a disputa das candidaturas de forma individualizada. (Kinzo, 2005)

No jogo político e na personalização tem papel central também a mídia, e se deve ao fato de ser a principal fonte de informação a população, selecionando os fatos para a opinião pública e quais serão os aspectos abordados destes. Ao apresentar sua programação, a partir da utilização desses mecanismos, a TV tem a necessidade de uma imagem para as suas abordagens e os assuntos que trata, de forma a favorecer a personalização de movimentos coletivos, o que se reflete também na internet e nas redes sociais. A internet aparece, muitas vezes, como a saída para o acesso a informação que não esteja atrelado aos grandes meios, mas a sua fonte principal ainda é o jornalismo tradicional, de forma que, essa, na verdade, tem seu principal papel na pulverização da informação disponível. (Miguel, 2015)

Um candidato apresenta uma imagem concreta e o partido uma imagem abstrata. É razoável, então remeter ao que indicou Wattenberg que o impacto da era televisiva sobre o candidato resultou numa competição centrada muito mais em personalidades do que em partidos. (Wattenberg, 1998, 2000 *en* Kinzo, 2005)

Como consequência a aparência dos líderes políticos e de suas falas predominam sobre o que é falado e os elementos ligados a imagem são redobrados, o que leva ao esvaziamento do debate de ideias e a personalização das disputas políticas. A mídia é, além disso, o principal meio de contato entre os líderes partidários e o conjunto dos cidadãos. E, dessa forma, tem papel central na mediação do discurso político, além de difundi-lo ela também o transforma.

As feições dos golpes de 1964 e 2016

Como visto, o golpe é essencialmente a substituição de um governo por meio de procedimentos não previstos, rompendo as regras sucessórias. O golpe tem, por essência, como protagonista agentes do próprio Estado (Bianchi, 2016), executado



através do uso do aparelho do mesmo (Barbé, 1986), os meios utilizados não são característicos do funcionamento regular da democracia e o fim é a mudança institucional. (Bianchi, 2016)

João Goulart, ou Jango, vence em 1960 a eleição para vice-presidente, que até então era separada da de presidente, pela aliança entre o seu partido, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Social Democrático - PSD. O eleito presidente Jânio Quadros, do principal partido de oposição. União Democrática Nacional, renunciou, levando Jango ao cargo. Logo no início de seu governo os grupos de esquerda e nacionalistas formam uma “coalizão radical pró-reformas”. Dilma, vence as eleições pela primeira vez em 2010 e pela segunda em 2014, depois de dois mandatos de Lula, ambos pelo Partido dos Trabalhadores - PT, levando o primeiro operário e a primeira mulher a presidência no Brasil. A partir de alianças com os partidos de centro-direita, como central o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB que indicou o vice de Dilma, Michel Temer. O governo adotou uma política do chamado *neodesenvolvimentismo*, com o Estado como indutor do desenvolvimento e de políticas de redução das desigualdades. Jango sofreu um golpe em 1º de abril de 1964 e Dilma em 31 de agosto de 2016.

Ao olharmos ambos os períodos, os que romperam com a democracia se recusavam à luz dos fatos a serem chamados de golpistas. Em 1964 chamaram o golpe de “Revolução Democrática Brasileira”, em 2016 usaram o artifício do impeachment e justificaram que atuavam dentro da lei. Hoje, os fatos que levaram a tomada do poder pelos militares são vistos em consenso como golpe, já que o governo chegou de forma não legalista ao poder.

Já o golpe de 2016 foi caracterizado pelos os que o articularam como um processo de impeachment previsto na Constituição, e assim, seguindo os ritos legais para a mudança de poder, passando pela votação no Congresso Nacional - na Câmara dos Deputados, no Senado e pelo julgamento final no Senado comandado pelo Supremo Tribunal Federal. Sabe-se, todavia, que a Constituição prevê que o impeachment deve estar envolto de crime de responsabilidade cometido pelo presidente em questão, as chamadas pedaladas fiscais foram utilizadas como justificativa ao impeachment. O jurista Dalmo Dallari (2016) explicou que “as pedaladas não caracterizam o crime de responsabilidade fiscal porque não houve qualquer prejuízo para o erário. As pedaladas configuram um artifício contábil, mas o dinheiro não sai dos cofres públicos, então não ficam caracterizados os crimes de apropriação indébita ou desvio de recursos”. (Dallari,



2016 *en* Rocha, 2016)

Desse modo, o impeachment que levou a deposição de Dilma é caracterizado como golpe por não ter respeitado a constituição no que diz respeito aos elementos necessários a mudança presidencial por essa via. Além disso, a mudança de programa estabelecido pelo vice-presidente, Michel Temer, que assumiu o governo, em conjunto com uma equipe de Ministros que se encontravam até então em oposição à Dilma, demonstrou que o impeachment teve como finalidade a mudança do programa à frente do Executivo brasileiro, onde houve a alteração dos padrões sociais que repercutiram a dinâmica do capital, assim como em 1964.

As Forças Armadas, em 1964, também contaram com o apoio do Congresso Nacional. Os militares saíram as ruas em diversos estados, e mesmo antes de Jango deixar o país, a presidência era dada como vaga. (Ferreira, 2003)

Em ambos os casos havia um presidente eleito e leis em vigor, a deposição de Jango e Dilma foi articulada decorrente de uma disputa de interesses, na qual os presidentes em questão não estavam correspondendo aos interesses da dinâmica do capital e seus representantes na política que trabalharam pelo golpe. Os processos democráticos de escolhas dos governantes, através do poder do voto, são subtraídos e o componente elementar da democracia representativa é abandonado, possibilitando a implementação de um programa não eleito pelas urnas. Jango e Dilma estiveram à frente de governos que responderam aos interesses das elites, mas também às necessidades e interesses dos trabalhadores e das classes subalternas, na tentativa da redução das desigualdades no país.

Em 1964 a crise econômica era apontada como fruto da falta da postura mediadora de Jango, que passou a defender as reformas de base que desagradavam a elite. A crise política se revelou, entretanto, como reflexo da necessidade de controle do Estado pelas mãos dos empresários e banqueiros em meio a uma crise econômica. A política econômica pós 64 demonstrou a representação dos interesses do capital multinacional e associado – o objetivo foi favorecer seus interesses e consolidar sua expansão. Política que envolveu restrições à organização autônoma das classes trabalhadoras e a consolidação de um modelo de crescimento baseado no capitalismo tardio, dependente, desigual, com uma economia dirigida para um alta grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário. (Dreifuss, 1987)



Em 2016, em meio à crise econômica mundial, a retomada do Estado completamente voltado às classes dominantes para a garantia do seu rendimento descreve os interesses do golpe, muito similares à 1964. A política de conciliação não servia mais aos capitalistas, que com o golpe aplicaram uma política de implementação de reformas, com destaque a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, que colocam o capital acima de qualquer direito das classes trabalhadoras. Adotaram um programa de redução do Estado e de reformas que buscaram elevar o rendimento em detrimento das condições de trabalho, rifando direitos básicos como a aposentadoria e as leis trabalhistas estabelecidas pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, sem o crivo das urnas.

Dilma e Jango fizeram inúmeras tentativas de conciliar os interesses do capital rentista e empresarial com os interesses das classes populares, através de mudanças na política econômica e na nomeação dos Ministros que atendessem os interesses da elite e seus partidos. No fim de seu mandato, Dilma aumentou a concessão aos interesses do capital buscando maneiras de evitar o golpe através da conciliação, já Jango percebeu que a conciliação não acalmaria esses interesses. (Martins Junior, 2016) (Ferreira, 2003)

A dinâmica do capital pode ser vista como o motor da mobilização pelo golpe em ambos os períodos, capital este financeiro, multinacional e seus associados no Brasil e a elite oligárquica-industrial, que possui controle de grande parte dos partidos e parlamentares, a mídia e aos governos estaduais. A difícil relação Executivo e Legislativo também cumpriu seu papel, em 1964 houve a imobilização dos projetos do Executivo no Congresso, a cisão da base governista - a partir da divisão do PSD sobre o governo e a perda de maioria governista no Congresso e a oposição centrada na UDN. (Ferreira, 2003) Em 2016 repetem-se esses três elementos, o desmanche da base governista, a partir da saída do PMDB do governo e, assim como em 1964, o principal partido de oposição, PSDB, cumpriu papel central na desestabilização de Dilma, além da imobilidade dos projetos do Executivo. (Martins Junior, 2016)

Desde o início de seus mandatos houveram tentativas de cerceá-los. Em 1964 esse processo se deu de maneira mais intensa, primeiro houve a contestação e rejeição por parte de setores da sociedade à posse de Jango, o que resultou na mudança do sistema brasileiro de presidencialista para parlamentarista para que Jango não governasse com plenos poderes. As contestações à Dilma que começaram com o questionamento do resultado das eleições só renderam frutos com o golpe, apesar do resultado eleitoral ter



sido contestado pela oposição diversas vezes. O papel central do parlamento também é percebido com o desfecho do golpe. O presidente do Senado rompeu com Jango e o presidente da Câmara declarou vaga a presidência com João Goulart no Brasil. Em 2016 o presidente da Câmara rompeu com Dilma e abriu o processo de impeachment.

Há dois agentes do Estado que se diferem entre 1964 e 2016 – as Forças Armadas e o Judiciário. As Forças Armadas foram um agente central no golpe de 1964, o qual é compreendido como civil-militar, e estiveram em incongruência com João Goulart desde o início do seu governo, apesar de ter havido setores destas em defesa de Jango. Não queriam a sua posse como presidente e o alto escalão se posicionava contra a aliança de Jango com a esquerda, denunciavam, também, a complacência de Jango com a falta de hierarquia e disciplina da instituição. Essas questões levaram os militares a participar, em crescente, de ações de desestabilização do governo utilizando o argumento do perigo do comunismo e exigindo o rompimento com a esquerda, até, por fim, tomarem as ruas.

Em 2016 as Forças Armadas já não tinham tamanha força e influência. Mas outro agente entrou em cena, o Judiciário. O Judiciário e a Polícia Federal realizaram durante o governo Dilma a maior operação contra a corrupção do país, entretanto, a operação teve alto caráter de desestabilização do governo. As investigações centradas na presidenta e nos quadros do seu partido utilizaram estratégias autoritárias, como a condução coercitiva de Lula e o vazamento de áudios entre Dilma e Lula, e foram centrais na desestabilização do governo a partir do tema da corrupção e da divulgação e enfoque particular da grande mídia.

A disputa dos golpes, entretanto, não se resumiu à estrutura do Estado, tendo sido a disputa na sociedade fundamental. Em ambos os casos houve a construção de uma opinião pública favorável ao golpe e a mobilização da classe média foi estabelecida como a legítima expressão popular, a qual foi o estrato social que saiu as ruas contra os presidentes em questão. Essas mobilizações, entretanto, estavam intimamente ligadas e harmonizadas com aquele que articularam o golpe e os políticos envolvidos na campanha pela deposição estavam lado a lado da classe média nas ruas.

A caracterização dessa opinião pública foi construída em questões semelhantes nos dois casos. A ação dos meios de comunicação foi essencial para os golpes, o Executivo foi bombardeado incansavelmente em busca da reação da sociedade à crise econômica e política. O clima de inquietação, resultado das ruas, propiciou o apoio necessário à ação das Forças Armadas e a aprovação do Impeachment no Congresso Nacional. A



classe média era mobilizada principalmente por questões ligadas a meritocracia, a distribuição de renda os desagradava. Já a insatisfação das classes populares foi mobilizada principalmente com o discurso acerca da questão salarial e do desemprego, em ambas as situações, contudo, as classes populares participaram, de forma expressiva, das mobilizações pelo golpe.

A mobilização de apoio ao governo era caracterizada como ação coordenada do Executivo, os sindicatos e movimentos ligados à esquerda eram desmoralizados pela mídia. Além disso, criou-se um clima de deslegitimidade do Executivo, em 1964 devia-se a ligação do Executivo com o comunismo, já em 2016 foi a corrupção a responsável por caracterizar que o presidente estava degenerando o Estado e era preciso a sua deposição, o Legislativo, por outro lado, colocava-se como refugio institucional.

Além dos elementos similares na construção dos golpes de 1964 e 2016, ambos deixaram marcas para a democracia brasileira. O golpe rompe com a democracia mesmo nas suas teorias mais restritivas, entendida como o acesso ao voto, os casos brasileiros demonstram como o voto foi deixado de lado para a mudança no Executivo brasileiro, que foi imposta por vias extras constitucionais.

As normas constitucionais, a atuação dos órgãos do judiciário e a vigilância exercida pela imprensa que garantiriam a *accountability* por parte dos governantes, e em conjunto com o sufrágio universal, os mecanismos de controles sobre os líderes. Em 1964 e 2016 o golpe estabeleceu a ruptura com esses elementos, a partir do momento que as regras constitucionais de acesso ao poder foram quebradas em acordo com os órgãos do judiciário e da mídia, já que os programas de governo estabelecidos pelo golpe foram apoiados por estes. Contaram, ainda, com um parlamento organizado de maneira suficientemente alinhada aos interesses da elite brasileira e internacional, a ponto de que estes interesses moldaram a atuação dos parlamentares. O Congresso Nacional demonstrou como a diferença econômica se reflete na desigualdade política, dispondo-se romper a ordem constitucional para garantir a soberania dos interesses do capital.

Aplicou-se um programa de garantia de seus lucros, complacentes com a hierarquia, a exploração, e a desigualdade. Sendo assim, limando as possibilidades da construção de uma democracia que se atente as desigualdades concretas da sociedade. Cerceando mecanismos básicos da democracia representativa e fragilizando os direitos da classe trabalhadora e com isso das mulheres, negros, indígenas, LGBTs e dos grupos historicamente oprimidos e a possibilidade de aperfeiçoá-los.



A personalização da crise como justificativa para os golpes

A personalização pode ser descrita como a política centrada na figura do candidato ou governante, em detrimento do partido político e do governo. De forma que questões relativas aos atributos pessoais preenchem o espaço da discussão política.

Durante seu governo a Jango foi atribuída a personalidade fraca, colocado como um presidente sem autonomia em uma atuação guiada pelos comunistas e sindicatos. Ao mesmo passo que era caracterizado como pregador da subversão, apontando que Jango queria o fechamento do Congresso Nacional para permitir a construção de uma “República Socialista”. Os que não o acusavam de querer fechar o Congresso, o acusavam de desafiar-lo e trair a constituição para buscar mecanismos para a sua continuidade no poder. Foi outorgada a ele a personalidade de demagogo, principalmente quando se referia as reformas de base, seu discurso era acusado de ter como único objetivo a sua continuidade na presidência. Além disso foi caracterizado como “presidente fora da lei” e autoritário, já que segundo o discurso dos opositores, pretendia governar fora da lei e à revelia do Congresso, já que não tinha respeito pelo mesmo.

Goulart é caracterizado hora como um presidente de personalidade fraca e a mando dos comunistas e hora como um presidente ambicioso que tinha suas ações baseadas na finalidade de sua continuidade no poder, sendo capaz, inclusive, de seduzir a população com seu discurso demagógico. Essa questão demonstra, que o discurso sobre a personalidade de Jango é contraditório e utilizado de acordo com o momento pelas forças opositoras ao governo.

A crise econômica também é embutida a postura demagógica de Goulart, que cedia aos interesses dos trabalhadores de forma desordenada. A solução da crise passava, para o presidente, pela aprovação das reformas, mas essa solução era apresentada pela oposição somente como um “bombástico discurso” e “irresponsáveis plataformas”, aproveitando para caracteriza-lo como incapaz administrativamente. Jango foi, ainda, definido como conivente a indisciplina e contra a hierarquia, principalmente pelo alto escalão das Forças Armadas. Além de estimulador incontestado dos movimentos grevistas, já que estaria submisso aos interesses dos sindicatos.

No caso de Dilma, percebemos a utilização de traços próprios da presidenta para desmoralizá-la desde que foi anunciada a primeira vez como candidata em 2010. (Gomes y Barbara, 2011) E ao analisarmos reportagens e manchetes dos principais jornais do país e o próprio discurso de parlamentares enxergamos que construiu-se a



imagem de uma presidenta não tinha condições para governar o país em meio a uma crise econômica. Já a crise política foi atribuída a incapacidade de Dilma para a macro política, ao não saber negociar com o Congresso, e a sua falta de traquejo com os rituais destes, questões apontadas para a necessidade da destituição da presidenta, já que, com ela na presidência as crises política e econômica não seriam resolvidas.

Dilma foi caracterizada como prepotente e arrogante, questões provenientes da sua falta de habilidade para o diálogo, a queda da presidenta foi embutida pelos golpistas como fruto de suas próprias características. Era ainda qualificada como autoritária, alegava-se que Dilma não reconhecia os deputados e senadores como legítimos representantes do povo.

A relação entre Dilma e o ex-presidente Lula foi explorada para retratar a presidenta como mandatária de Lula e sem autonomia, de forma que ela não comandava o seu governo, mas sim o ex-presidente. Essa relação foi tratada de forma contraditória, de acordo com o momento em que a afirmação se inseria, em certas ocasiões era criticada por ser mandatária de Lula e em outras o problema que teria levado a crise era justamente não cumprir as ordens de Lula. Os erros e acertos eram atribuídos ao ex-presidente, já que Dilma não teria cacife para tomar decisões.

A imagem de técnica foi explorada para afasta-la do mundo da política, todavia, lhe apontavam que tampouco como competente administradora Dilma se mostrou. As características de microgerenciadora, centralizadora, prepotente e “gerentona” também foram usadas para afasta-la da política. Ao se tratar da economia Dilma foi apontada como irresponsável ao estabelecer as políticas econômicas, os supostos fracassos dos índices são relacionados à teimosia, ao orgulho e a incompetência da presidenta.

Já a internet foi o principal local onde os xingamentos a presidenta foram proliferados, “vaca”, “vagabunda”, “bruxa” foram usados sem o menor pudor, ligando-a, ainda, aos cuidados domésticos e de beleza para trata-la como incapaz para o cargo. (Stocker y Dalmaso, 2016)

Há mais questões que demonstram um caráter profundamente machista por parte de seus opositores ao personaliza-la. Caracterizada como uma mulher fraca, sozinha e descontrolada, e sem condições emocionais para conduzir o país. Dilma estaria prestes a enlouquecer e precisava de uma companhia masculina para se acalmar, atribuindo-a características que são vistas na sociedade patriarcal, como inerente às mulheres e que moldariam o seu papel de distanciamento dos espaços de poder.



“Incapazes de governar”

A justificativa do golpe esteve ligada ao desgaste das imagens dos presidentes, todas essas características pretendiam personalizar Jango e Dilma de forma a atribuí-los a falta de condições pessoais para continuar na presidência. A mobilização pelo golpe precisava de argumentos para a sua consolidação, as suas justificativas passaram pela personalização, no caso de Jango, pelo fato de o presidente não ter autonomia, ser fora da lei, demagogo, autoritário, com personalidade fraca, incapaz administrativamente e conivente com a indisciplina e a hierarquia. Já Dilma foi personalizada como incapaz para a política e para governar, sem traquejo, arrogante, autoritária, sem autonomia, microgerenciadora, centralizadora, prepotente, “gerentona”, irresponsável e como uma mulher fraca, sozinha e descontrolada.

A organização dos golpes contou com a exploração da personalização da disputa política, voltada para a figura dos governantes – Jango e Dilma. Questões relativas a características individuais dos presidentes foram utilizadas para evidenciar a necessidade de deposição dos mesmos, buscando demonstrar a incapacidade dos presidentes para lidar com a crise política e econômica, de forma que as características pessoais foram colocadas acima do debate de ideias acerca da crise enfrentada pelo país nos dois períodos, tornando invisíveis os diversos atores e interesses em questão.

O conjunto de representações da personalidade de Jango foram exploradas pelos os que defendiam o golpe, o desgaste da figura do presidente passou pelo desgaste de características pessoais do mesmo. De maneira que a justificativa do golpe passou por características atribuídas ao presidente que ressaltavam a necessidade de alterar o poder Executivo.

A personalização das crises política e econômica na figura de Jango e Dilma foi estabelecida em características que o evidenciavam como incapazes de estar à frente da presidência, em uma estratégia para convencer a população de que o representante que foi eleito por ela deveria ser deposto do poder. Assim, o golpe se esforçou na criação de uma imagem de presidentes inabilitados para estar onde estavam.

O golpe militar precisou ser justificado pela necessidade de deposição da figura de Jango, assim como o golpe de um impeachment sem crime de responsabilidade precisou ser justificado pela inabilidade de Dilma resolver a crise do país. O debate sobre os reais motivos para o golpe não esteve presente no discurso dos golpistas, o que parece razoável, já que ao entendermos as suas motivações percebemos que elas estavam conectadas ao interesse de um estrato reduzido da sociedade. A mídia, em



seus diferentes meios, foi a principal responsável pelo desgaste das figuras presidenciais, já que tem capacidade de alcançar grande parcela da população. Além de que o enquadramento que a mídia faz do governante é determinante para o seu sucesso.

A personalização das crises atribuiu aos presidentes características similares para justificar o golpe. Atribuiu-se a Dilma e a Jango personalidade fraca e falta de autonomia, Jango era caracterizado como guiado pelos comunistas e sindicatos, sendo assim, não tinha independência em seu governo. Dilma foi caracterizada como subordinada a Lula, de forma que suas ações não eram fruto de suas próprias decisões, mas das do ex-presidente.

Em ambos os casos a autonomia é contrariada de acordo com a situação em questão, a falta de autonomia de Jango era tratada de forma contraditória, já que era caracterizado também como ambicioso e demagogo, de maneira que suas decisões visavam apenas o seu continuísmo no governo. À Dilma é atribuída a falta de controle sobre o seu governo, em outros momentos, todavia, é tratada como microgerenciadora, centralizadora, prepotente e "gerentona".

Um e outro são tratados como incompetentes no comando do país e sem capacidade para governar. Jango foi caracterizado como incapaz administrativamente, conivente com a falta de hierarquia e a indisciplina e estimulador dos movimentos grevistas. Já a incompetência de Dilma foi atribuída a sua incapacidade para o trato com a política, sua falta de traquejo, irresponsabilidade e incompetência, aliadas, ainda, hora a sua personalidade forte de arrogante, centralizadora, prepotente e "gerentona" e hora a sua personalidade fraca, quando tratada como uma mulher fraca, sozinha e descontrolada.

A dificuldade do estabelecimento da base governista no Congresso e conseqüentemente, a relação difícil entre Executivo e Legislativo, presente em ambos os momentos, também foi atribuída aos presidentes. O impasse existente entre os poderes foi atribuído a características dos presidentes tratados como autoritários, de forma que tal questão só se resolveria com as suas deposições. O problema em questão foi atribuído a Jango pelo seu desrespeito ao Congresso e a sua vontade de governar à revelia do mesmo. Jango foi tratado como autoritário ao ser caracterizado como conivente com o fechamento do Congresso por parte da esquerda e por defender políticas, que na ótica golpista, visavam apenas a sua continuidade no poder.



A Dilma também foi atribuída a característica de autoritária, ao ser dito que não reconhecia os deputados e senadores como legítimos representantes do povo. Entretanto a presidenta também é caracterizada por não ter traquejo e não saber lidar com os rituais da política, além de prepotente e arrogante pela sua falta de diálogo, elementos que aparecem com maior ênfase sobre a relação de Dilma com o Congresso. Dessa forma, o impasse entre executivo e legislativo é atribuído a Goulart pelo seu caráter autoritário e a sua busca de manutenção no poder, enquanto à Dilma se somam a inexperiente e o não conhecimento sobre os rituais da política.

Dilma era centralizadora e “gerentona”, características atribuídas como estranhas a uma mulher, já que se espera uma personalidade “doce”. Ou atribuem características tratadas como naturais do gênero e que subestimam as mulheres, como louca e frágil. Essas questões relembram a questão da divisão sexual do trabalho e sua influência para o acesso desigual à política entre homens e mulheres.

Há características comuns utilizadas para desmoralizar os presidentes: a falta de autonomia, a personalidade fraca, a incapacidade para governar e o autoritarismo, mas há também características que divergem, fruto do contexto político, do período histórico, dos atores envolvidos e da trajetória dos presidentes – além da questão de gênero que com a vitória da primeira mulher presidenta do Brasil trouxe um novo elemento a ser explorado. Percebe-se que o enquadramento feito pela mídia sobre Goulart e Rousseff marcou os golpes, através da personalização da crise que permeava o país, ilustrando que esse mecanismo, presente cada vez mais na política, foi exaustivamente utilizado nos golpes que aconteceram no Brasil. Sendo assim, não foi o debate de ideias que criou o aspecto de apoio popular e da necessidade de deposição dos presidentes no período pré golpe, mas a insustentabilidade criada para a permanência de Dilma e Jango na presidência, permeada, inclusive, por elementos referentes a sua personalidade.

Notas

¹ Este trabalho contou com apoio do Fundo de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal para ser

apresentado no XXXII Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia através do edital 1/2019 e é baseado no Trabalho de Conclusão de Curso em Ciência Política pela Universidade de Brasília da referida autora



² Cientista Política e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília

Referências Bibliográficas

- Barbé, C. (2007) Golpe de Estado En Bobbio, N. *Dicionário de Política* (p. 545-547). Brasília, Brasil: Editora da UnB.
- Bianchi, A. O que é um golpe de estado? *Blog Junho* (26 de março de 2016) Recuperado de <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>.
- Regalado, R. (2010). Leciones del golpe de Estado en Honduras. *Revista Contexto Latinoamericano*, (Número 12), pp. 7-12.
- Rocha, A. Duas visões: juristas contra e a favor avaliam pedido de impeachment. *Jus Brasil* (2015) Recuperado de: <https://bit.ly/2HYN6So>.
- Dreifuss, A. (5ª Ed.) (1987) *1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Leal, P. y Vieira, M. (Janeiro/Dezembro, 2009) O Fenômeno da Personalização da Política: Evidências Comunicacionais das Campanhas de Dilma e Serra em 2010. *Revista Teoria e Cultura, Volumen 4* (Número 1 e 2), p. 41a 50.
- Ferreira, A. (2003) O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. En *O Brasil Republicano - Volume 3. O tempo da experiência democrática: da democratização e 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. (pp. 343-404) Rio de Janeiro, Brasil: Cvilização Brasileira.
- Martins Junior, J. (Primeiro semestre de 2016) A crise e o golpe. *Ponto e Virgula – PUC SP*, Número 19, pp. 64 a 81.
- Gomes, M. y Barbara, L. (2011) Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff. *D.E.L.T.A.* (Número 27:2) pp. 311-335
- Leal, P. (Setembro, 2012) Os riscos do personalismo na política. *Revista A3*
- Kinzo, M. (Fevereiro/2005) Os partidos no eleitorado: percepções publicas e laços partidários no Brasil. *RBCS, Volumen 20*, (Número 37).
- Miguel, L. (2015) Mídia e Comunicação Política. En Avelar, L. E Cintra, A. (Ed. 3) *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro, Brasil: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo, Brasil: Editora Unesp.
- Rocha, A. Duas visões: juristas contra e a favor avaliam pedido de impeachment. *Jus Brasil* (2015) Recuperado de: <https://bit.ly/3jNjrsW>.



Stocker, P. y Dalmaso, S. (Setembro-dezembro/2016) Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Estudos Feministas*. *Volumen* 24(3): 398